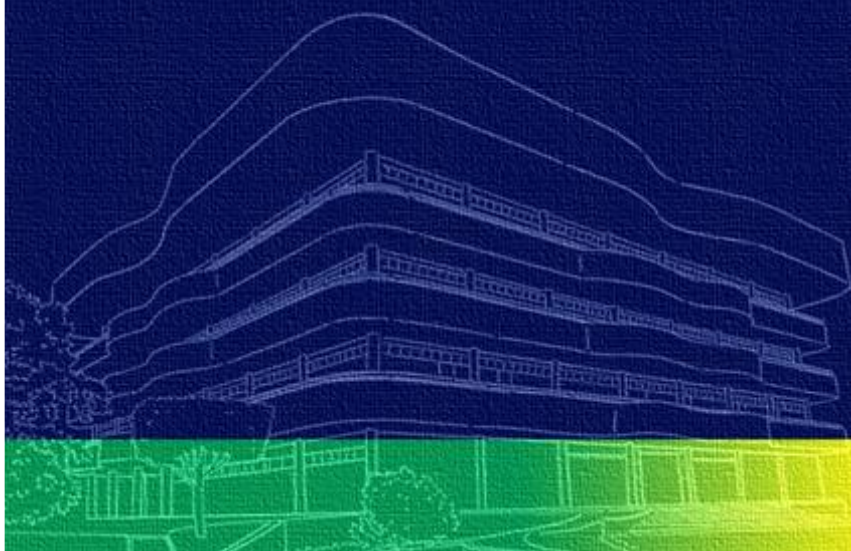




**Tribunal de Contas
do Estado do Piauí**

**Relatório de Atividades
3º Trimestre de 2021**





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiros

Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)

Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)

Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)

Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controladora Interna)

Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)

Cons. Waltânia Mª Nogueira de S. Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos

Allisson Felipe de Araújo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador Geral

José Araújo Pinheiro Júnior

Procuradores de Contas

Leandro Maciel do Nascimento

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Plínio Valente Ramos Neto

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Secretário de Controle Externo

Luis Batista de Sousa Júnior

Secretário Administrativo

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretária das Sessões

Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao terceiro trimestre do ano de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2020-2023, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro – ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Governança a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

LISTA DE FIGURAS

1. TCE/PI	07
2. MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/PI.....	30
3. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	38
4. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	43
5. ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA	45
6. ATIVIDADES DA CS	45

LISTA DE QUADROS

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	08
2. NOTÍCIAS	09
3. SESSÕES REALIZADAS.....	10
4. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS.....	10
5. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR	11
6. PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS.....	11
7. RESULTADO DE JULGAMENTO	12
8. ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS.....	12
9. MEDIDAS CAUTELARES.....	14
10. ATOS DE PESSOAL APRECIADOS.....	15
11. CERTIDÕES EMITIDAS	15
12. MULTAS E SANÇÕES APLICADAS	16
13. PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS	17
14. CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS	18
15. ATIVIDADES DO MPC.....	19
16. ATIVIDADES DA SECEX	20
17. ATIVIDADES DO NPDCEX.....	21
18. ATIVIDADES DO NUGEI	22
19. ATIVIDADES DA DAJUR	23
20. HOMOLOGAÇÃO DOS DOCUMENTOS	24
21. ATIVIDADES DA DFAE	25
22. ATIVIDADES DA DFAM	26
23. ATIVIDADES DA DFENG.....	27
24. ATIVIDADES DA DFESP	28
25. CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI	31
26. ATIVIDADES DA GOV.....	32
27. ATIVIDADES DA SO	32

28. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	33
29. ATIVIDADES DA SF	33
30. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	33
31. ATIVIDADES DA SC	34
32. SIAFE-PI.....	34
33. ATIVIDADES DA DGP.....	35
34. ATIVIDADES DA SISS	36
35. QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES	39
36. ATIVIDADES DA DTIF	41
37. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	43
38. SERVIÇOS DA OUVIDORIA.....	44
39. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS.....	44
40. CANAIS.....	44
41. ATIVIDADES DA DPL.....	46

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	07
1.1. Competência e Jurisdição	07
1.2. Identidade Organizacional	08
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO.....	09
3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	10
3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões.....	10
3.2. Atuação do Ministério Público de Contas	18
3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo	20
3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo.....	21
3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas	22
3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado	23
3.3.4. Controle no âmbito Estadual.....	25
3.3.5. Controle no âmbito Municipal	26
3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas.....	27
3.3.7. Fiscalizações Especializadas	27
4. GOVERNANÇA E GESTÃO	30
4.1. Gestão Estratégica.....	30
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira	32
4.3. Gestão de Pessoas	35
4.4. Gestão de Contratações.....	38
4.5. Gestão do Conhecimento	39
4.6. Gestão de Tecnologia da Informação.....	41
4.7. Controle Interno	42
4.8. Corregedoria	43
4.9. Ouvidoria	43
4.10. Comunicação.....	45
4.11. Gestão Patrimonial.....	46

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

FIGURA 1 – TCE/PI



Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.



Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. A seguir, destaca-se a nova Identidade Organizacional definida no PE 2020-2023 do TCE/PI:

QUADRO 1 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Negócio	Administração Pública
Missão	Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense
Visão	Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade
Valores	Sustentabilidade – Transparência – Ética – Inovação – Profissionalismo - Responsabilidade Social – Independência - Excelência de Desempenho – Valorização das Pessoas

2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

A seguir, constam as principais notícias veiculadas no portal do TCE/PI no terceiro trimestre:

QUADRO 2 – NOTÍCIAS

JULHO
TCE-PI reúne setores para alinhamento de projetos estratégicos
Laboratório Móvel aprimora fiscalização de obras públicas no Piauí
Luciano Nunes se despede do TCE-PI após 27 anos de atuação
TCE-PI e Secretaria de Administração de Teresina assinam acordo de Cooperação Técnica
Tribunal de Contas fiscaliza a imunização contra Covid-19 em municípios do Piauí
TCE-PI realiza levantamento sobre emendas parlamentares impositivas no Piauí
Tribunal de Contas e TJ-PI reforçam diálogo entre as instituições
DFAM ultrapassa em 37% meta de relatórios de instrução no primeiro semestre
Levantamento aponta que maioria das cidades tem condições tecnológicas de realizar pregão eletrônico
DFAP ultrapassa em 128,33% meta de processos analisados no primeiro semestre
AGOSTO
Tribunal dá início à Formação Continuada para Conselheiros de Educação do Piauí
Servidores do TCE-PI participam de curso de Nova Lei de Licitações
TCE-PI participa de audiência sobre alta demanda reprimida na rede de saúde
TCE-PI divulga levantamento sobre as despesas das Câmaras Municipais em 2020
TCE-PI fiscaliza a vacinação contra a Covid-19 em mais cidades do Piauí
TCE-PI promove diálogo sobre Sistemas, Conselhos e Planos de Educação
TCE-PI realiza palestras sobre Controle Social, Peças Orçamentárias e Direito à Educação
Talk-show "Café com a Presidência" inicia a programação de aniversário do TCE-PI
TCE-PI divulga cartilha sobre a elaboração do Plano Plurianual
TCE-PI promove encontro com gestores para discutir Educação Infantil
TCE-PI realiza palestra sobre "Identidade e Cidadania" voltada para estagiários
TCE condecora 29 personalidades com o Colar do Mérito Jesualdo Cavalcanti
TCE-PI retoma sessões presenciais a partir de 31 de agosto
TCE Piauí participa de elaboração de cartilha sobre Governança Multinível
SETEMBRO
Tribunal de Contas do Piauí institui Política de Enfrentamento ao Assédio
Biblioteca digital tem acesso ilimitado e gratuito aos servidores do TCE-PI
Resultados positivos marcam os 230 dias de acompanhamento da vacinação
TCE-PI inicia Semana de Capacitação com palestra sobre licitações e contratos
Semana de Capacitação discute sobre controle, contratações e pesquisa de preço
TJ-PI reconhece que TCE-PI cumpre a Lei de Acesso à Informação (LAI)
Flora Izabel assina termo de compromisso e posse como conselheira do TCE-PI
TCE-PI qualifica 4.638 servidores estaduais em Semana de Capacitação
TCE-PI promove o primeiro encontro do Programa de Desenvolvimento Financeiro
Concurso TCE-PI: FGV divulga resultado preliminar da prova objetiva
TCE Piauí aprova Política de Comunicação institucional
TCE-PI evita o gasto indevido de mais de R\$ 18 milhões em licitações na área de Tecnologia

Fonte: Site do TCE/PI.

3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões

A Secretaria das Sessões, cuja competência abrange a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é composta também pela Secretaria da Primeira Câmara, Secretaria da Segunda Câmara, Divisão de Acompanhamento e Controle das Decisões, Divisão Processual e Divisão de Comunicação Processual.

As deliberações do TCE/PI, oriundas de Plenário e Câmaras, possuem forma de acórdãos, os quais são publicados no Diário Eletrônico do TCE/PI e acessíveis através do Portal do TCE na consulta processual eletrônica. A competência do Plenário e das Câmaras encontra-se estabelecida nos artigos 74 e 82 do Regimento Interno da Casa.

No 3º trimestre de 2021, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou 41 Sessões e apreciou 569 processos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

Ressalte-se que dos processos julgados/apreciados foram gerados 350 Acórdãos e 01 Parecer Prévio para o Plenário, 225 Acórdãos e 70 Pareceres Prévios para a Primeira Câmara, e 174 Acórdãos e 38 Pareceres Prévios para a Segunda Câmara

▪ Sessões realizadas

QUADRO 3 – SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Sessões Ordinárias	13	12	13
Sessões Administrativas	01	-	-
Sessões Especiais	01	-	-
Sessões Extraordinárias	01	-	-
TOTAL	16	12	13

Fonte: SS.

▪ Número de processos julgados/apreciados pelos colegiados

QUADRO 4 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Prestação de Contas - Gestão	10	53	42
Prestação de Contas - Governo	01	62	37
Tomada de Contas	37	0	02
Denúncia	09	30	20
Representação	05	39	33
Inspeção	25	0	01
Auditoria	20	0	0
Monitoramento	0	0	0

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Admissão	0	13	07
Inativação (Aposentadoria/Reforma/ Transf para Reserva Remunerada)	0	12	04
Pensão	0	03	02
Consulta	04	0	0
Levantamento	04	0	0
Fixação dos Índices de ICMS	01	0	0
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	02	02	02
Incidentes Processuais	0	0	0
Recurso de Reconsideração	67	0	0
Pedido de Reexame	06	0	0
Embargos de Declaração	04	0	0
Agravo	06	0	0
Pedido de Revisão	03	0	0
Termo de Ajuste	01	0	0
TOTAL	205	214	150

Fonte: SS.

▪ **Número de processos julgados/apreciados por relator**

QUADRO 5 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	TOTAL
Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva	25	-	27	52
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros	15	-	35	50
Cons. ^a Waltania Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga	16	-	46	62
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho	36	62	-	98
Cons. Kleber Dantas Eulálio	24	42	-	66
Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo - Processos do Gabinete do Cons. Luciano Nunes	19	41	-	60
Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo	15	38	-	53
Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara	22	-	26	48
Cons. Substituto Jackson Nobre Veras	18	31	-	49
Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo	15	-	16	31

Fonte: SS.

▪ **Pareceres prévios emitidos pelos colegiados**

QUADRO 6 – PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Plenário	0	01	0

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Primeira Câmara	03	38	33
Segunda Câmara	0	22	11
TOTAL	03	61	44

Fonte: SS.

▪ **Responsáveis julgados em contas, por resultado de julgamento**

QUADRO 7 – RESULTADO DE JULGAMENTO

ÓRGÃO DELIBERATIVO	REGULAR	REGULAR C/RESSALVAS	IRREGULAR
Plenário	01	16	0
Primeira Câmara	06	68	25
Segunda Câmara	01	43	21
TOTAL	08	127	46

Fonte: SS.

▪ **Atos normativos e notas técnicas aprovados pelo plenário**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 4º da Lei 5.888, de 2009 (Lei Orgânica do TCE/PI), pode elaborar e aprovar os atos normativos necessários à organização e a execução dos serviços que lhe competem. Ao TCE/PI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matérias inseridas em suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Ressalte-se, ainda, a expedição pelo TCE/PI de Notas Técnicas sobre as matérias inseridas em suas atribuições com vistas a orientar seus jurisdicionados, as quais também são levadas ao Plenário para aprovação.

No 3º trimestre de 2021, o TCE/PI expediu os seguintes atos e Notas Técnicas, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO 8 – ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS

TIPO	EMENTA
Resolução	RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 10, DE 15 DE JULHO DE 2021 Altera a Resolução nº 18/2013, que institui o Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, quanto à denominação da honraria
Resolução	RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 11, DE 15 DE JULHO DE 2021 Estabelece normas e procedimentos relativos aos processos de apreciação das contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais e pelo Governador do Estado e à emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, nos termos dos arts. 32, § 1º e 86, I da Constituição Estadual, art 2º, incisos I e II da Lei 5.888/2009 e art. 1º, incisos I e II do

TIPO	EMENTA
	Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e dá outras providências
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 12, DE 15 DE JULHO DE 2021	Altera o art. 337 do Regimento Interno do Tribunal (Resolução TCE PI n.º 13/11)
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 13, de 15 de julho de 2021	Altera a RESOLUÇÃO Nº 18, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018 – que dispõe sobre a estruturação e atribuições da Ouvidoria, e dá outras providências
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 14, DE 15 DE JULHO DE 2021	Disciplina, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a disponibilização pública e eletrônica, ausente controle de acesso, aos processos finalísticos de controle externo, visando a adequação à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e dispõe sobre a organização e a forma de apresentação dos documentos, dos demonstrativos, dos relatórios e dos demais elementos probatórios integrantes da contestação, nos termos dos arts. 334 e 339, parágrafo único, ambos do Regimento Interno do TCE-PI; e dá outras providências
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 15, DE 19 DE JULHO DE 2021	Altera a Resolução TCE/PI nº 02, de 5 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a concessão de férias aos membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 16, de 29 de julho de 2021.	Concede o Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí às pessoas que menciona
RESOLUÇÃO Nº 17/2021, DE 12 DE AGOSTO DE 2021	Altera a Resolução TCE/PI nº 3, de 18 de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei estadual nº 7.456, de 14 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 18, DE 12 DE AGOSTO DE 2021	Altera a Resolução nº 26/2019 de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de identificação, avaliação, registro e divulgação dos benefícios das ações de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 19, DE 12 DE AGOSTO DE 2021	Institui a Política de Comunicação Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI)
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 20, DE 12 DE AGOSTO DE 2021	Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos oficiais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 21, DE 12 DE AGOSTO DE 2021	Dispõe sobre procedimentos e ações de gestão documental no Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 22, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021	Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.
RESOLUÇÃO TCE/PI Nº 23, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021	Altera a Resolução TCE/PI nº 4, de 23 de fevereiro de 2017, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o artigo 42, § 2º da Lei Complementar nº 13/94, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo e de pensionista do Estado

TIPO		EMENTA
	RESOLUÇÃO Nº 24/2021, de 23 de setembro de 2021	Fixa os índices preliminares de participação de cada município do Estado do Piauí no produto de arrecadação do ICMS para o Exercício Financeiro de 2022
Instrução Normativa	INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/PI Nº 04/2021, DE 12 DE AGOSTO DE 2021	Dispõe sobre os códigos de Fontes de Recursos e Códigos de Aplicação a serem utilizados nas competências a partir do exercício 2022 para as informações prestadas através do sistema SAGRES-Contábil
Decisão Normativa	-	-
Nota Técnica	-	-

Fonte: SS.

▪ **Decisões monocráticas com concessão de medida cautelar homologadas pelo plenário**

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de direito alheio, de risco de ineficácia da decisão de mérito, ou diante de situação específica que possa causar dano irreparável ou de difícil reparação para o interesse e/ou para o patrimônio público, o relator ou o Plenário poderá, motivadamente, determinar liminarmente medidas cautelares, com ou sem a oitiva prévia da parte, nos casos previstos nos artigos 86 e 87 da Lei Estadual nº 5.888/2009.

Quando proferida pelo relator, na forma do art. 449 do Regimento Interno, a decisão deverá ser submetida ao Plenário para a apreciação da matéria na primeira sessão seguinte à sua prolação. Destaca-se que a adoção dessas medidas não gera, necessariamente, impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, na forma da Resolução TCE/PI nº 27/2019, o TCE/PI determina o bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias em caso de ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao Tribunal de Contas, os quais são exigidos na forma da legislação aplicável, aos órgãos, entidades, pessoas e fundos sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

No 3º trimestre de 2021, o TCE/PI registrou os seguintes dados sobre medidas cautelares proferidas e homologadas pelo Plenário, conforme quadro a seguir.

QUADRO 9 – MEDIDAS CAUTELARES

QUANTIDADE DE CAUTELARES	VALORES ENVOLVIDOS NAS CAUTELARES
44	R\$ 125.072.669,00

Fonte: SS.

Das cautelares informadas, 26 (vinte e seis) foram concedidas, especificamente, em virtude atraso/ausência de prestação de contas ao TCE/PI.

▪ **Atos de pessoal apreciados monocraticamente e pelos colegiados**

O Tribunal de Contas do Estado aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal no âmbito estadual e municipal, de aposentadoria de servidor público estadual ou municipal, de reforma e de transferência para a reserva remunerada de membro da polícia militar e do corpo de bombeiros militar e concessão do benefício da pensão por morte.

Quando os atos de admissão, de inativação, de pensão e de revisão de proventos receberem manifestações igualmente favoráveis para o seu registro pela unidade competente da Secretaria do Tribunal e pelo Ministério Público de Contas, concluindo-se pela sua legalidade, o relator poderá proferir decisão definitiva monocrática.

No 3º trimestre de 2021 foram registrados os seguintes dados com relação a registro de atos de pessoal, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 10 – ATOS DE PESSOAL APRECIADOS

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Admissão ¹	23	0
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para Reserva Remunerada) ²	934	14
Pensão ³	398	02
Revisão de proventos ⁴	02	0
TOTAL	1.357	16

Fonte: SS.

¹ Dessas, 5 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 18 pelos colegiados.

² Dessas, 932 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 16 pelos colegiados.

³ Dessas, 396 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 4 pelos colegiados.

⁴ Todos apreciados monocraticamente.

▪ **Certidões emitidas**

A Secretaria das Sessões, na forma da Resolução TCE/PI nº 08/2014, tem a competência para gerir e disponibilizar o Sistema de Emissão de Certidões desta Corte. As certidões são solicitadas pelos interessados e disponibilizadas através do sítio oficial do Tribunal e o destinam-se aos fins especificados em sua regulamentação.

No 3º trimestre de 2021 foram solicitadas e emitidas as seguintes certidões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 11 – CERTIDÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Ações e Serviços Públicos de Saúde	01
Adimplência	447

TIPO	QUANTIDADE
Apreciação das Contas	239
Despesas de Pessoal	01
Lei de Responsabilidade Fiscal	30
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	02
Negativa de Débitos	736
Negativa de Inidoneidade	1.957
Registro de Inativação	0
Trânsito em Julgado	0
TOTAL	3.413

Fonte: SS.

▪ **Multas e sanções aplicadas**

O Tribunal de Contas do PI poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal, observado o devido processo legal, as sanções de multa; inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança; inabilitação para o recebimento de recursos públicos; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores promovidos pela Escola de Gestão e Controle - EGC, ou outra entidade por ela indicada; e outras sanções previstas em lei.

O Tribunal também aplicará, quando couber, na forma da legislação vigente, a imputação de débito para fins de ressarcimento e recomposição do erário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, é o setor responsável pelo acompanhamento e registro desses dados, bem como pelo parcelamento e cobrança de multas. No 3º trimestre de 2021, a DACD informou os seguintes dados com relação às sanções e imputações de débitos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalte-se que as multas, imputações de débitos e demais sanções referem-se àquelas aplicadas em decisões definitivas / transitadas em julgado no período, bem como àquelas recolhidas / arrecadas / ressarcidas no período, podendo referir-se a competências / exercícios anteriores.

QUADRO 12 – MULTAS E SANÇÕES APLICADAS

RESPONSÁVEIS CONDENADOS EM DÉBITO E/OU MULTADOS	
TIPO	VALOR
Multas aplicadas	283.309 UFR (R\$ 1.042.577,12)
Multas arrecadadas	R\$ 147.874,00
Imputação de débitos aplicados	R\$ 2.039.759,44

Imputação de débitos arrecadados ¹	-
RESPONSÁVEIS COM OUTRAS SANÇÕES APLICADAS	
TIPO	QUANTIDADE
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança	04
Inabilitação para o recebimento de recursos públicos	06
Proibição de contratação com o poder público estadual ou municipal	07
Participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores	-
Outras sanções previstas em lei	-
PARCELAMENTOS/PROCESSOS DE MULTAS E IMPUTAÇÕES DE DÉBITO	
TIPO	QUANTIDADE
Processos de parcelamento de multas	40
Processos de cobrança de multas enviados à procuradoria geral do estado para cobrança	-
Processos abertos para acompanhamento de ressarcimento ao erário	14

Fonte: SS.

¹ Dados não informados ao TCE/PI.

▪ **Processos recebidos/digitalizados/atuados**

A Divisão Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal registrou, no terceiro trimestre de 2021 o recebimento, digitalização e autuação de **1.964 processos** no período, conforme estatística de documentos protocolados, abaixo demonstrada.

Além dessas atividades, a Divisão Processual, no período, atuou com as seguintes atividades: atualização do cadastro de gestores estaduais/municipais no Sistema Cadastro Web; liberação de senhas por meio do sistema de Solicitação de Criação de Usuário e Senha; projeto em andamento com a fábrica de software do Sistema Gestor ONLINE; liberação de usuários e gerenciamento do Sistema Protocolo Web; atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos.

QUADRO 13 – PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS

TIPO	QUANTIDADE
Consultas	16
Denúncia	47
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ Reserva Remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	481
Admissão	02
Representação	68
Auditoria	19

TIPO	QUANTIDADE
Tomada de Contas Especial	08
Pedido de Revisão	02
Recurso de Reconsideração	73
Agravo	07
Pedido de Reexame	13
Ordens Judiciais	54
Multa	43
Monitoramento	01
Levantamento	02
Acompanhamento de Decisões	13
Embargos de Declaração	06
Processo Ordinário da Administração	13
Processo de Pagamento	150
Requerimentos Administrativos	946
TOTAL	1.964

Fonte: SS.

▪ Citações/notificações emitidas

A Divisão de Comunicação Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete as atividades relacionadas a citações/notificações/ciências emitidas pelo TCE/PI no exercício de suas competências registrou, no terceiro trimestre de 2021 os seguintes dados, indicando as atividades e os procedimentos desenvolvidos na área, na forma abaixo demonstrada, além da atividade contínua de realização de ofícios, controle e juntada de AR, controle de prazos, confecção de postagens, atendimento ao Jurisdicionado e apoio à Diretoria de Tecnologia da Informação no gerenciamento do Sistema E-carta.

QUADRO 14 – CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Citação/Notificação	1.006
Certidões	662
Postagens	976
Editais de Citação	65
TOTAL	2.709

Fonte: SS.

3.2. Atuação do Ministério Público de Contas – MPC

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional,

que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

QUADRO 15 – ATIVIDADES DO MPC

.Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO				
1.0	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS / PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	30.09.21
1.1	Processos de Contas	47	57	43	42	38	40	59	65	39	41	226	245	43
1.2	Processos de Fiscalização	16	20	11	10	13	13	20	20	18	17	78	80	17
1.3	Processos de Admissão de Pessoal (Registro de Atos)	1	1	1	3	3	4	1	1	0	0	6	9	0
1.4	Processos de Inativação	389	390	370	344	24	20	360	360	390	380	1533	1494	87
1.5	Recursos e Pedidos de Revisão	19	19	30	17	13	15	32	33	27	30	121	114	26
1.6	Controle Social (Denúncias e Representações)	34	34	44	34	58	55	67	68	45	37	248	228	45
1.7	Consultas	2	1	3	3	0	0	1	1	3	3	9	8	3
1.8	Processos Administrativos	1	1	1	1	4	4	0	0	2	2	8	8	0
1.9	Outros Processos	3	3	2	2	2	2	2	2	0	0	9	9	0
TOTAL (1.1 a 1.9)		512	526	505	456	155	153	542	550	524	510	2238	2195	221
2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR	RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		TOTAL		
2.1	Representações de autoria do Procurador	0		0		1		0		4		5		



2.2	Recursos e Pedidos de Revisão de autoria do Procurador	4	2	0	0	2	8
2.3	Recomendações de autoria do Procurador	0	0	0	0	1	1
2.4	Encaminhamento de Denúncias recebidas pelo Procurador	2	2	6	3	7	20
2.5	Ofícios expedidos	0	0	3	2	2	7
2.6	Propostas de alteração de legislação	0	0	0	0	0	0
2.7	Incidentes de Inconstitucionalidade de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.8	Propostas Administrativas	0	0	0	0	0	0
2.9	Propostas de Orientação Jurisprudencial	0	0	0	0	0	0
2.10	Pedidos de Inspeção de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.11	Termos de Ajustamento de Gestão de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.12	Outros procedimentos de iniciativa do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.13	Reuniões institucionais/reuniões administrativas/ reuniões de audiências de gestor/cursos/eventos	1	0	8	10	3	22
2.14	Participação do Procurador em Sessões do TCE-PI (Plenárias, Câmaras e Sessões Administrativas)	7	10	9	15	3	44
TOTAL (2.1 a 2.14)		14	14	27	30	22	107

Fonte: MPC.

3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo

Compete à Secretaria de Controle Externo (SECEX) o planejamento e a coordenação das atividades do controle externo, especialmente propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal; planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos; aprovar manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, coordenar os estudos de fixação de metas e de produtividade dos servidores efetivos lotados em suas unidades integrantes; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 16 – ATIVIDADES DA SECEX

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)	
1.	Planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Divulgação e acompanhamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)	
4.	Auxílio na resposta do questionário do PNPC do TCE-PI
5.	Elaboração das minutas das Resoluções 13/2021 e 14/2021 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
6.	Reuniões e debates referentes à construção e implantação do sistema Opala (projeto estratégico)
7.	Participação na comissão criada para estudos acerca da revisão das normas atinentes ao processo de auditoria no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
8.	Realização de reuniões semanais com a DTIF para construção de sistema para recebimento de comunicações de irregularidades
9.	Participação no Projeto InterAgir de análise dos controles internos municipais – ATRICON

Fonte: SECEX.

3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo

Compete ao Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo elaborar normas, manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; elaborar o Plano Anual de Fiscalização para ser submetido a deliberação do Plenário e executado pelas diretorias de controle externo deste Tribunal; auxiliar as unidades de fiscalização a elaboração do Plano Anual de Trabalho com base no Plano Anual de Fiscalização; auxiliar o Secretário de Controle Externo a acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das diretorias de fiscalização; obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação; disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de tecnologia da informação (soluções de TI) que darão suporte ao controle externo; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 17 – ATIVIDADES DO NPDCEX

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)	
1.	Subsídio a SECEX no planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Elaboração e divulgação da Cartilha de elaboração do Plano Plurianual – PPA
4.	Elaboração de proposta para otimização das contas de gestão municipal 2020 (protocolo 011855/2021)
5.	Elaboração de minuta de IN que trata das fontes de recursos para o Sagres Contábil (IN nº 04/2021)
6.	Elaboração das minutas da Resolução 26/2019 que trata da mensuração dos benefícios de controle e adoção do MQB (Res. nº 18/2021)
7.	Divulgação aos jurisdicionados municipais e estaduais do questionário do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC
8.	Assessoramento no desenvolvimento do sistema “OPALA” de apoio ao controle externo para o TCE/PI, semelhante ao “Tome Conta” do TCE/PE; (Projeto Estratégico nº 37)

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEx)	
9.	Participação de comissão para elaboração do SISPACEx
10.	Manutenção, assessoramento na implantação e suporte dos sistemas SAGRES-Contábil e SAGRES-Demonstrativos para os usuários internos e externos
11.	Suporte ao sistema SERCA para usuários internos
12.	Participação em reuniões e atividades do Grupo Técnico de Alinhamento oriundo da Portaria Conjunta IRB-Atricon nº 04/2020
13.	Participação de Reunião Ordinária da CTCONF, como assessor técnico da Atricon
14.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
15.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do SAGRES-Folha Estadual (Projeto Estratégico nº 26)
16.	Participação em reuniões de Grupo de Trabalho, bem como respectivas atividades decorrentes, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018

Fonte: NPDCEx.

3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas

Compete ao Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção – NUGEI: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades realizadas no período:

QUADRO 18 – ATIVIDADES DO NUGEI

ASSUNTO	DESCRIÇÃO
Relatórios e/ou outros meios de apoio ao Controle Externo	Elaboração de 01 relatório interno de informação sob demanda DFAM – Auto Socorro – acesso NUGEI/DFAM
	01 Relatório Interno de Informação Produzido sob Demanda (TC 013398/2021) – acesso NUGEI/DFAE

ASSUNTO	DESCRIÇÃO
	03 Relatórios de Materiais Apreendidos – Operação Entrelaçados – acesso sigiloso
	01 Relatório Preliminar de Pertinência (TC 012088/2021) – acesso sigiloso
	01 Relatório de Contraditório (TC 010647/2019) * - Entregue pelo auditor em 30/09 – acesso sigiloso
	01 Relatório de Análise Defesas (TC 007423/2021) – acesso sigiloso
	02 Relatórios Externos de Informação Produzidos sob Demanda – acesso sigiloso
	01 Relatório de Contraditório (TC 002929/2021) – acesso NUDEI/DFENG
	01 Relatório Externo de Informação SRTe – acesso NUGEL/SRTe
	02 Relatórios Externos de Inteligência Produzidos sob Demanda – Tipo COAF – acesso sigiloso
	Elaboração de Matrizes de Risco Recursos Federais / com apresentação dos dados – acesso sigiloso
	Extração e oferta de dados e documentos à unidade de auditoria do Tribunal de Justiça – acesso NIP/GAECO
	05 Relatórios Externos de Inteligência Produzidos sob Demanda pelo NIP/GAECO – Tipo PIC – acesso NIP/GAECO
	MATRIZ DE RISCO – PJ EM POWER BI / Disponibilização e Apresentação – acesso NUGEL/DBD
Auditorias / Inspeções / Diligências	Inspeção/diligência nos municípios de Porto - Campo Largo do Piauí – Nossa Senhora dos Remédios e Barras (Portaria nº 488/2021)
	Inspeção/diligência nos municípios de Paulistana – Massapê do Piauí – e Caridade (Portaria nº 394/2021)

Fonte: NUGEL.

3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado

A Divisão de Apoio ao Jurisdicionado – DAJUR, diretamente ligada à Secretaria de Controle Externo – SECEX, tendo como principal finalidade ser um canal de atendimento ao fiscalizado, atuando como facilitador no processo do controle externo, em atendimento às demandas dos jurisdicionados. Trata-se de instrumento estratégico de gestão, capaz de desafogar os setores de fiscalização, atuando na resolução rápida e eficiente de demandas dos jurisdicionados acerca dos sistemas do controle externo e da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 19 – ATIVIDADES DA DAJUR

ATIVIDADE		QUANTIDADE
Atendimento às Solicitações de Autoridades e Jurisdicionados	Documentos	129
	Processos	0
Suporte ao Jurisdicionado	Atendimentos Presenciais	03



ATIVIDADE		QUANTIDADE
	Atendimentos Telefônicos	120
Emissão de Certidões	Certidão LRF	32
	Certidão Educação	02
	Certidão Saúde	01
	Certidão Despesa com Pessoal	01
Consultas	Emissão de Pareceres Técnicos	05
Alertas	Alerta de Despesa com pessoal	-
	Alerta de não publicação	-

Fonte: DAJUR.

QUADRO 20 – HOMOLOGAÇÃO DOS DOCUMENTOS

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS – 3 TRIMESTRE 2021								
PREFEITURA						CÂMARA		
COMPETÊNCIAS	RREO	RGF	MENSAL	ANUAL INICIAL	TOTAL	RGF	MENSAL	TOTAL
Abril/2020	9	5	11	-	25	1	6	7
Maio/2020	-	-	11	-	11	-	6	6
Junho/2020	9	5	11	-	25	1	6	7
Julho/2020	-	-	11	-	11	-	6	6
Agosto/2020	9	5	11	-	25	1	6	7
Setembro/2020	-	-	11	-	11	-	6	6
Outubro/2020	9	-	11	-	25	-	6	6
Novembro/2020	-	-	11	-	11	-	6	6
Dezembro/2020	9	7	11	-	27	3	6	9

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS RECEBIDOS/HOMOLOGADOS – 3º TRIMESTRE 2021						
COMPETÊNCIAS	MUNICIPIOS	DOCUMENTOS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS		DOCUMENTOS RECEBIDOS		TOTAL GERAL
		PREFEITURA	CÂMARA	PREFEITURA	CÂMARA	
Abril/2020	90	9	6	810	90	900
Maio/2020		-	6	-	-	-
Junho/2020	90	9	6	810	-	810
Julho/2020		-	6	-	-	-
Agosto/2020	90	9	7	810	90	900
Setembro/2020		-	6	-	-	-
Outubro/2020	90	9	6	810	-	810
Novembro/2020		-	6	-	-	-
Dezembro/2020	90	9	6	810	270	1080
Janeiro/2021	180	-	6	-	1080	-
Fevereiro/2021	180	-	6	-	1080	-

Março/2021	180	-	6	-	1080	-
Abril/2021	135	-	6	-	810	-
Maió/2021	135	-	6	-	810	-
Junho/2021	135	-	6	-	810	-

Fonte: Documentação WEB

3.3.4. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no trimestre:

QUADRO 21 – ATIVIDADES DA DFAE

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	TOTAL
01	Relatório Contas de Governo 2020	-	-	-	-	01	01
	Relatórios emitidos Contas de Gestão 2018 (tempestivos)	-	-	-	-	-	-
	Relatórios emitidos Contas de Gestão 2019 (tempestivos)	-	-	-	-	-	-
	Relatórios emitidos Contas de Gestão 2020 (tempestivos)	-	01	09	08	-	18
02	Relatórios emitidos de Fiscalização	Auditoria Ordinária	-	-	-	-	-
		Auditoria Concomitante	-	01	02	02	08
		Levantamento	-	-	-	01	01
		Monitoramento	-	-	-	-	-
03	Relatórios emitidos de denúncias/representações	-	04	-	-	-	-
04	Relatório de Contraditório	Contas de Gestão	-	-	01	02	20
		Contas de Governo	-	-	-	-	-
		Tomada de Contas	-	-	-	-	-
		Tomada de Contas Especial	-	-	-	04	04
		Auditorias concomitantes	-	04	02	03	11
		Denúncias e Representações	-	02	-	01	03
		Recurso	-	01	-	-	01
05	Relatórios emitidos de Consultas	-	-	-	-	-	-
06	Relatórios emitidos de Tomada de Contas Especial	-	-	-	-	-	-

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	TOTAL
07	Recursos / Pedido de Reexame / relatório análise / Complementar	-	-	-	-	01	01
08	Relatório de Acompanhamento de Decisões	-	-	-	-	-	-
09	Informações/Despachos	-	29	04	02	07	42
10	Notas de Alerta	-	-	-	-	01	01

Fonte: DFAE.

3.3.5. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no trimestre:

QUADRO 22 – ATIVIDADES DA DFAM

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DFAM IV	DFAM V	DFAM VI	TOTAL
01	Prestações de contas em andamento ou finalizadas	-	10	-	07	05	-	06	28
02	Relatórios de prestações de contas	-	37	-	22	12	-	13	84
03	Relatório de contraditório	-	-	90	-	-	07	-	97
04	Relatórios de denúncias/representações	01	-	-	11	29	15	18	74
05	Relatórios emitidos de tomada de contas/autuação especial	-	-	-	-	-	-	01	01
06	Relatórios emitidos de recursos/pedidos de revisão	01	-	17	-	-	-	-	18
07	Relatórios de processos reinformados	-	01	12	-	-	-	01	14
08	Relatórios de Auditorias/ Inspeções	-	-	-	01	-	-	-	01
09	Relatórios de acompanhamento de Decisões	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Certidões/Declarações emitidas	452	-	-	-	-	-	-	452
11	Análise do Contraditório de processos de Denúncias / Inspeção / Representações / Auditorias / Tomada de Contas	-	-	55	-	-	-	-	55
12	Notas de Alerta da Ouvidoria	-	-	-	06	-	-	46	52
13	Embargos/Agravos e outros	-	-	03	-	-	-	-	03
14	Incidente Processual	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Cancelamento de Multa	-	-	-	-	-	-	-	-
16	Levantamento	-	-	-	-	-	-	-	-

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DFAM IV	DFAM V	DFAM VI	TOTAL
17	Informações	01	-	-	-	09	10	02	22
18	Inspeções / Auditorias em andamento / Inspeções concomitantes	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Pedido de Cautelar	-	-	-	-	-	-	-	-
20	Análise concomitante	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DFAM.

3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

QUADRO 23 – ATIVIDADES DA DFENG

ITEM	ASSUNTO	QUANTIDADE
01	Relatório de Contas de Governo - RelGov	-
02	Relatório de Contas de Gestão - RelGst	-
03	Relatório de Contas Especial - RelTce	-
04	Relatório de Tomada de Contas - RelTct	-
05	Relatório de Auditoria - RelAud	02
06	Relatório de Levantamento - RelLev	-
07	Relatório de Acompanhamento de Decisão - RelAcomp	-
08	Relatório de Monitoramento - RelMon	-
09	Relatório de Auditoria de Obras - RelObr	-
10	Relatório Complementar - RelCom	-
11	Relatório de Análise - RelAna	-
12	Relatório de Contraditório - RelCon	03
13	Relatório de Denúncia - RelDen	04
14	Relatório de Representação - RelRep	03
15	Relatório de Inspeção - RelIns	-
16	Relatório de Recursos de Reconsideração - RelRec	01
17	Rep. da Secretaria de Controle Externo - RepSec	-

Fonte: DFENG.

3.3.7. Fiscalizações Especializadas

Compete à Diretoria de Fiscalizações Especializadas a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações

temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões especializadas, e especialmente auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações especializadas; definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações especializadas; monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações especializadas.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no trimestre:

QUADRO 24 – ATIVIDADES DA DFESP

ITEM	ASSUNTO	JUL	AGO	SET	TOTAL
01	Contas - Tomada de Contas - até 2018	-	-	-	-
02	Contas - Tomada de Contas - até 2019 a 2021	-	-	1	1
03	Relatório Complementar	-	-	1	1
04	Contas - Contas de Governo - Até 2019	2	3	4	9
05	Fiscalização - Auditoria - até 2018	-	-	-	-
06	Fiscalização - Auditoria - 2019	-	-	21	21
07	Fiscalização - Auditoria - 2020	-	-	7	7
08	Fiscalização - Auditoria - 2021	-	-	4	4
09	Fiscalização - Levantamento - 2021	-	-	1	1
10	Fiscalização - Inspeção - até 2018	-	-	-	-
11	Fiscalização - Inspeção - 2019	-	-	3	3
12	Fiscalização - Acompanhamento - até 2018	-	-	-	-
13	Fiscalização - Acompanhamento - 2019	-	-	2	2
14	Fiscalização - Acompanhamento - 2021	-	-	1	1
15	Fiscalização - Monitoramento - 2019	-	-	-	-
16	Fiscalização - Monitoramento - 2020	-	-	2	2
17	Fiscalização - Monitoramento - 2021	-	-	-	-
18	Contas - RPPS - até 2018	5	5	1	11
19	Fiscalização - Levantamento RPPS - 2019/2020	-	-	-	-
20	Controle Social - Denúncia - até 2018	-	-	-	-
21	Controle Social - Denúncia - 2019	-	-	-	-
22	Controle Social - Denúncia - 2020	-	-	2	2
23	Controle Social - Denúncia - 2021	-	-	2	2
24	Controle Social - Representação - até 2018	2	-	2	4
25	Controle Social - Representação - 2019	-	-	2	2
26	Controle Social - Representação - 2020	-	-	2	2
27	Controle Social - Representação - 2021	-	1	4	5
28	Recursos - Recurso de Reconsideração - 2019	-	-	2	2
29	Recursos - Pedido de Reexame - até 2018	-	-	-	-



ITEM	ASSUNTO	JUL	AGO	SET	TOTAL
30	Recursos - Agravo - 2020	-	-	-	-
31	Parecer Técnico - Consulta	-	-	3	3
32	Da Revisão - Pedido de Revisão - 2021	-	-	1	1
33	Admissão de Pessoal - Registro de Atos - 2019	-	-	18	18
34	Admissão de Pessoal - Registro de Atos - 2020	-	-	4	4
35	Admissão de Pessoal - Registro de Atos - 2021	-	-	1	1
36	Inativação - Aposentadoria - até 2019	1	2	11	14
37	Inativação - Aposentadoria - 2020	127	34	51	212
38	Inativação - Aposentadoria - 2021	124	210	380	714
39	Inativação - Pensão de Morte - até 2019	5	9	8	22
40	Inativação - Pensão de Morte - 2020	101	133	40	274
41	Inativação - Pensão de Morte - 2021	36	59	86	181
42	Inativação - Transferência para Reserva Remunerada - até 2019	-	-	1	1
43	Inativação - Transferência para Reserva Remunerada - 2020	9	12	5	26
44	Inativação - Transferência para Reserva Remunerada - 2021	23	26	3	52
45	Inativação - Reforma - até 2019	-	-	-	-
46	Inativação - Ratificação de Ato Concessório - até 2019	-	-	2	2
47	Inativação - Ratificação de Ato Concessório - 2020	-	-	-	-
48	Inativação - Ratificação de Ato Concessório - 2021	121	-	12	133

Fonte: DFESP.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

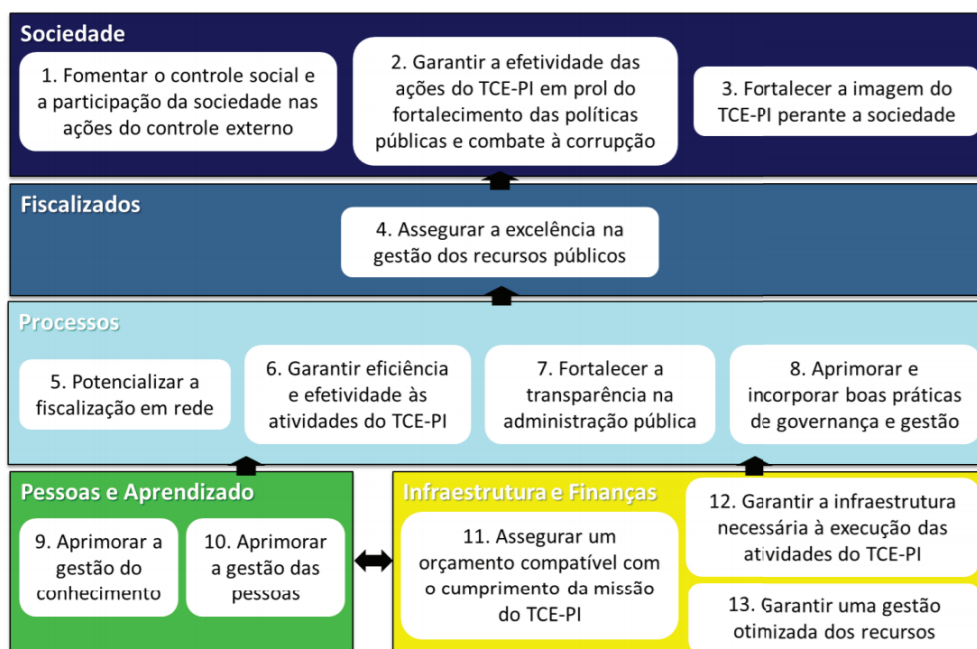
4.1. Gestão Estratégica

Considerando as transformações ocorridas interna e externamente ao TCE/PI, especialmente a reestruturação dos recursos organizacionais, humanos e gerenciais desta Corte, com o estabelecimento de novas abordagens e procedimentos para melhor atendimento às demandas da sociedade piauiense, este Tribunal decidiu redefinir a sua estratégia mediante um novo Plano, com ciclo de 4 anos e marco inicial a partir de 2020.

O PE 2020-2023 do TCE/PI foi idealizado sob um processo participativo, envolvendo todas as áreas do Tribunal, que permitiu a troca de experiências e, por consequência, promoveu uma visão mais abrangente da instituição. Ressalta-se, também, que o resultado do diagnóstico obtido com a aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD da Atricon foi imprescindível no delineamento das estratégias definidas no referido PE.

O Mapa Estratégico do TCE/PI, a seguir, referente ao ciclo 2020-2023, correlaciona os objetivos estratégicos a perspectivas, quais sejam, sociedade, fiscalizados, processos, pessoas e aprendizado, infraestrutura e finanças, a fim de garantir uma percepção uniforme das prioridades assumidas pelo TCE/PI e a convergência de ações para o alcance dessas prioridades.

FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO



Para cada objetivo estratégico estabelecido há projetos e indicadores correlacionados a fim de facilitar a implementação do Plano Estratégico, envolvendo vários setores do Tribunal. A carteira de projetos prioritários do TCE/PI para o ano de 2021,

disponibilizada a seguir, conta com 25 projetos em andamento, conforme definido na Reunião de Revisão do PE 20/23, realizada em janeiro de 2021.

QUADRO 25 – CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI

PROJETO		ÁREA PATROCINADORA
PRJ 01	Sistema de tratamento e pesquisa de jurisprudência	CRJ
PRJ 02	Implantação da política de comunicação	CS
PRJ 03	Implantação da página de informações no novo portal do servidor	CS
PRJ 04	Aprimorar o controle interno do TCE-PI	UCI
PRJ 05	Implantação de plataforma de ensino à distância	EGC
PRJ 07	Qualis + TCE	EGC
PRJ 08	Gestão de processos	GOV
PRJ 09	Gestão de projetos	GOV
PRJ 14	PLS do TCE/PI	SA
PRJ 15	Gestão por competências	SA
PRJ 17	Modernizar processos de gestão de pessoas	SA
PRJ 18	Gestão do planejamento e da gestão orçamentária	SA
PRJ 19	Aprimoramento da Gestão patrimonial do TCE/PI	SA
PRJ 20	Implantação do sistema de acompanhamento e controle de decisões do TCE-PI	SS
PRJ 22	Atualizar e aperfeiçoar sistema de cadastro web	SS
PRJ 25	Alfa - Projeto integrado de auditoria avançada	SECEX
PRJ 26	Sagres-Folha - sistema de recepção de dados de atos e despesas com pessoal do estado	SECEX
PRJ 27	Aprimoramento do programa de Fiscalizações Ordenadas	SECEX
PRJ 30	Incorporar ensaios de laboratório nas rotinas de fiscalização de obras públicas rodoviárias e de mobilidade urbana	SECEX
PRJ 35	Plataforma avançada de análise de dados com realização de consulta e geração de relatório pelo próprio usuário	SECEX
PRJ 36	Data & Analytics para revelar ilícitos administrativos	SECEX
PRJ 37	Opala - Plataforma de disseminação de dados de controle de forma pública e facilmente acessível	SECEX
PRJ 38	Governança de Privacidade e Gestão de Informações Pessoais - LGPD	SECEX
PRJ 39	Política de Gestão de Riscos do TCE/PI.	GOV
PRJ 40	Gestão Documental	SA

Compete à Governança – GOV fomentar e acompanhar o planejamento estratégico do Tribunal visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional; auxiliar a Presidência na execução da gestão estratégica da instituição através

de modernas técnicas de administração gerencial; elaborar e gerenciar o plano de diretrizes anual; monitorar o alcance das metas das unidades do Tribunal, relatando os resultados apurados; promover a realização do contínuo aperfeiçoamento do modelo de gestão por processos a ser aplicado no âmbito do Tribunal; e desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo setor de Governança do TCE/PI no trimestre:

QUADRO 26 – ATIVIDADES DA GOV

ATIVIDADES
Reuniões setoriais de monitoramento dos projetos estratégicos do TCE/PI
Reunião de Gerenciamento dos Projetos Estratégicos do PE 20/23
Elaboração do Relatório Trimestral de Atividades do TCE/PI referente ao 2º trimestre de 2021
Coordenação da Avaliação da Capacidade de Governança e Gestão do TCE/PI
Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos do TCE/PI
Acompanhamento das metas das unidades do TCE/PI
Suporte contínuo através de atendimento às unidades do TCE/PI

Fonte: GOV.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento – SO:

QUADRO 27 – ATIVIDADES DA SO

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Notas de Empenho Emitidas	219
Reservas Orçamentárias	215
TOTAL	434

Fonte: DOF.

QUADRO 28 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	75.080.859,33
II - Suplementação de Dotação	3.000.000,00
III - Disponibilidade Orçamentária	78.080.859,33
IV - Despesa Empenhada	28.983.353,95
V - Saldo dos Créditos Disponíveis ¹	49.097.505,38
VI - Despesa Liquidada	30.058.346,00
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	6.413.187,57

Fonte: DOF.

¹ Os valores informados excluem os créditos reservados em virtude da indisponibilidade destes para a execução orçamentária, compreendendo apenas o montante efetivamente disponível.

- Atividades executadas pela Seção de Finanças – SF:

QUADRO 29 – ATIVIDADES DA SF

ATIVIDADES	TOTAL
Emitir Nota de Lançamento – NL	298
Gerar a Programação de Desembolso – PD	491
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	460
Emitir Guia de Devolução (GD)	12
Emitir Guia de Recolhimento (GR)	10
Nota Patrimonial (NP)	112
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	144
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	59
TOTAL	2.176
Números de processos recebidos	193
Números de processos pagos	397

Fonte: DOF.

QUADRO 30 – MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
Saldo Do Trimestre	Anterior	Atual
Banco do Brasil - C/C 82530-1	21.152.782,35	21.152.782,35
Banco do Brasil/Caução - C/C 10086-2	13.298,45	13.298,45
Banco do Brasil/Cartão PGTO - C/C 10104-4	34.088,19	34.088,19
TOTAL TCE/PI	21.200.168,99	21.200.168,99

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
Banco do Brasil/F M T C 2 - C/C 114.565-7	3.221.152,13	3.265.377,16
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.850-7	670.156,80	442.820,84
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.851-5	441.188,97	365.507,28
Banco do Brasil/FMTC - C/C 10.546-5	917,17	923,77
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.015-9	369.464,48	371.147,17
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.016-7	75.283,35	75.629,09
TOTAL FMTC	4.778.162,90	4.521.405,31
TOTAL	25.978.331,89	33.824.185,45

Fonte: DOF.

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade – SC:

QUADRO 31 – ATIVIDADES DA SC

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados	167
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Suprimentos de Fundo – análise de prestação de contas	12
Suprimentos de Fundo – concessão	08
Ajuste de Pendências no SIAFE - processos de exercícios anteriores	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	01
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	230
Relatório de Gestão Fiscal encaminhado TCE	01
TOTAL DE ATIVIDADES DO TCE	425
Conformidade diária – processos analisados	07
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	10
TOTAL DE ATIVIDADES DO FMTC	23
TOTAL GERAL	448

Fonte: DOF.

- Sistema SIAFE-PI:

QUADRO 32 – SIAFE-PI

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	JUL	AGO	SET	TOTAL
Nota de Lançamento – NL	TCE	01	01	01	03

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	JUL	AGO	SET	TOTAL
Programação de Desembolso – PD		01	01	01	03
Guia de Recolhimento – GR		03	03	03	09
Guia de Devolução – GD		13	03	01	17
TOTAL		18	08	06	32
Nota de Lançamento – NL	FMTC	03	01	01	05
Programação de Desembolso – PD		03	01	01	05
Guia de Recolhimento – GR		10	09	08	27
Guia de Devolução – GD		0	0	0	0
TOTAL		16	11	10	37

Fonte: Sistema SIAFE-PI.

4.3. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

QUADRO 33 – ATIVIDADES DA DGP

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Atos/Portarias	Nomeações para cargos efetivos	0
	Nomeações para cargos Comissão	2
	Exonerações de Cargos Efetivos	0
	Exonerações de cargos em comissão	3
	Vacância de cargos efetivos	1
	Dispensas de função de confiança	2
	Designações para função de confiança	2
	Concessões de aposentadoria	4
	Licenças prêmios concedidas	8
	Substituição de conselheiro	4
	Licenças para capacitação	17
Afastamentos de Servidores	Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	23
	Licenças maternidade	01



ATIVIDADES		QUANTIDADE
Utilização de Recurso Natalino	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	06
Férias Concedidas	Conselheiros	02
	Conselheiros substitutos	01
	Procuradores do MPC	04
	Servidores	341
Interrupção/Suspensão de Férias Concedidas	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	08
Abonos de Permanência Concedidos	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	02
Atendimentos de Demandas Administrativas	Informações	332
	Portarias	114
	Certidões	10
	Memorandos	26
	Declarações	16
	Ofícios	22
	Cartão Magnético de Ponto	13
	Despachos DGP	719
	Comunicação Interna	01
	Mapa de tempo de serviço	19

Fonte: DGP.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de atos clínicos realizados no período pela Seção de Serviços Integrados de Saúde – SSIS:

QUADRO 34 – ATIVIDADES DA SISS

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Serviço Ambulatorial	Verificação de pressão arterial	08
	Verificação de Glicemia Capilar	0
	Dispensação de medicamentos	86
	Curativo	0
	Administração de Medicamentos	0
	Atendimento de Emergência	0



ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Triagem (Verificação de Temperatura e Oximetria)	94
	Pacientes Atendidos	08
Serviço Médico	Consultas	22
	Consulta Periódica	06
	Atestado Médico	02
	Atestado de Saúde	0
	Renovação de Receitas	04
	Verificação de Pressão Arterial	0
	Exame Admissional	42
	Solicitação de exames	0
	Encaminhamento	0
	Atendimento de Urgência	42
	Outros	36
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03
	Pacientes Atendidos	118
	Homologação Atestado Médico de Servidores	150
Serviço Odontológico	Restauração	86
	Profilaxia	33
	Exodontia	0
	Aplicação de Fluor	28
	Semiologia	05
	RX	14
	Remoção de Pontos	0
	Tartarectomia	18
	Outros	49
	Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	01
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	0
	Pacientes Atendidos	127
Serviço Fisioterapêutico	Prevenção	0
	Tratamento	268
	Tens	268
	Ultrassom	185
	EPI	0
	Forno de Beer	18
	Bandagem	4
	Infravermelho	211
	Ondas Curtas	11
	Terapia Manual	0

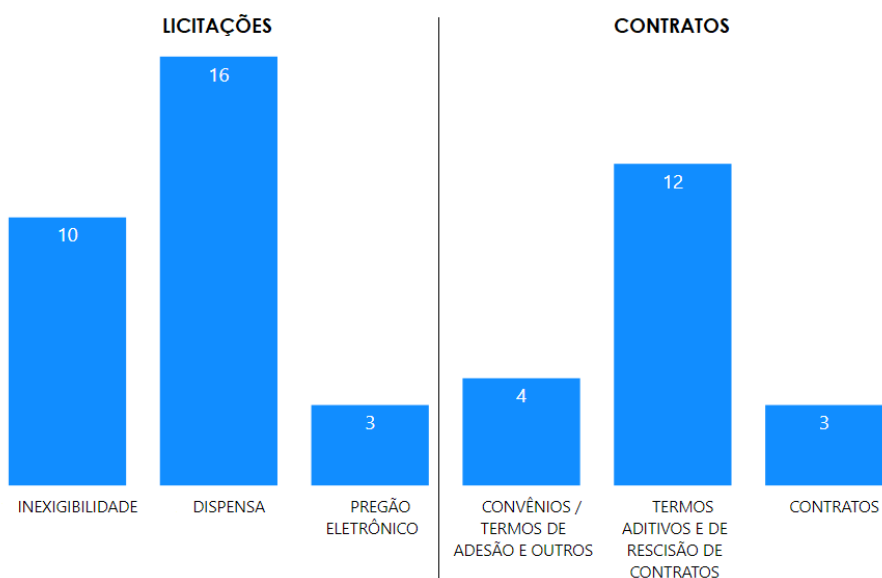
ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Fisioterapia Respiratória	0
	Crioterapia	171
	Exercícios Exométricos	78
	Ginástica Laboral	0
	Outros	0
	Participação na Organização de Programas de Prática de Esporte	0
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Pacientes Atendidos	268
Atividades Administrativas	Emissão de parecer	150
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	11
	Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	03
	Comunicação Interna/ Memorando	16
	Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	03
	Participação em Eventos da SSIS	06
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03

Fonte: DGP.

4.4. Gestão de Contratações

Compete à Divisão de Licitações e Contratos (DLC) coordenar as atividades referentes a procedimentos licitatórios e gestão contratual. Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Seção de Licitações no período:

FIGURA 3 – LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



Fonte: DLIC.

4.5. Gestão do Conhecimento

A Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem por objeto principal qualificar e conscientizar seus servidores, os governantes, os gestores, as equipes de apoio e assessoria das entidades jurisdicionadas, os controladores institucionais e sociais, os parceiros da rede de controle e a sociedade para o exercício da boa gestão e dos controles como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Na tabela a seguir, destacam-se as atividades de qualificação e capacitação realizadas durante o terceiro trimestre:

QUADRO 35 – QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
01	Curso Treinamento de Armamento e Tiro para Policiais militares do TCE/PI	Elson Medeiros Pinheiros e Marconi Monteiro Martins	16h	20 servidores	Servidores TCE
02	Curso por videoconferência Nova Lei de Licitações (14.133/2021): artigo a artigo	Equipe Editora, Cursos e Consultoria Ltda	16h	50 servidores	Servidores TCE
03	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	13 servidores	Membros e Servidores TCE
04	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	04 servidores	Membros e Servidores TCE
05	Curso online de Excelência no Atendimento ao Cidadão	Imazon Cursos	120h	01 servidor	Servidores TCE
06	Cursos: Programação e Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público e Finanças Públicas	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	80h	02 servidores	Servidores TCE
07	Introdução ao Orçamento Público, Introdução ao Controle Interno, e Ética na Administração Pública	ILB – Instituto Legislativo Brasileiro	120h	01 servidor	Servidores TCE
08	Curso Português Básico 3	TCE/PI	120h	09 servidores	Servidores TCE
09	Curso Nova Lei de Licitação	MN Desenvolvimento e Treinamento Profissional Ltda	20h	95 servidores	Servidores TCE
10	Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação- Tema: O Desafio da Gestão Democrática e Instituição dos Sistemas Municipais de Educação	DFESPI 1	02h	400 inscritos + 320 visualizações no youtube	Jurisdicionados e Sociedade
11	Audiência Pública sobre Alta Demanda Reprimida na Rede Pública de Saúde	Ministério Público do Piauí e o TCE, OAB, SESAPI e FMS	03h	322 visualizações no youtube	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
12	Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação – Tema: Sistemas, Conselhos e PMEs	DFESPI 1	03h	400 inscritos + 67 visualizações no youtube	Jurisdicionados e Sociedade
13	Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação – Controle Social, Peças Orçamentárias e Direito à Educação	DFESPI 1	03h	400 inscritos + 70 visualizações no youtube	Jurisdicionados e Sociedade
14	Programa Educação Cidadã - O Papel do TCE para a Sociedade	TCE/PI	02h	14 estagiários do ensino médio	Sociedade



Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
15	Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação – Gestão Democrática, Conselhos Escolares e FUNDEB	DEFESPI 1	03h	400 inscritos + 122 visualizações no youtube	Jurisdicionados e Sociedade
16	Encontro com Gestores de 12 municípios para definir o Plano Nacional de Educação (PNE)	DEFESPI 1	03h	30 gestores	Jurisdicionados
17	Programa Educação Cidadã - Identidade e Cidadania	TCE/PI	02h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
18	Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação – Funções, Atribuições, Ato normativos dos CMEs e a Covid 19	DEFESPI 1	03h	400 inscritos + 37 visualizações	Jurisdicionados e Sociedade
19	Curso de Avaliação da Capacidade de Governança e Gestão do TCE/PI de forma presencial e telepresencial	Kaptum Consultoria e Treinamento Ltda – Me	36h	36 servidores	Servidores TCE
20	Curso Tomada de Contas Especial de Transferência de Recursos Federais	Instituto Serzedêllo Corrêa	40h	01 servidor	Servidor TCE
21	Cursos: Equilíbrio Fiscal e Introdução ao Orçamento Público	ENAP- Escola Nacional de Administração Pública	40h	01 servidor	Servidor TCE
22	Cursos: Contabilidade Básica, Equilíbrio Fiscal e Orçamento Público	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	120h	01 servidor	Servidor TCE
23	Trabalho e Educação à Distância (08hs), Ética e Serviço Público (20hs), Administração do Tempo (40hs), Atualização em Gramática da Língua Portuguesa (30hs), Introdução a Temas Socioambientais (15hs) e Administração Pública- Capacitação Gerencial(20hs)	ENAP e Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	133h	01 servidor	Servidor TCE
24	Contabilidade Básica (40h), Equilíbrio Fiscal(40h) e Orçamento Público(40h)	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	120 h	01 servidor	Servidor TCE
25	Curso Português Básico 3	TCE/PI	120 h	09 servidores	Servidores TCE
26	Programa Educação Cidadã - Autoconhecimento: superando medos e frustrações	TCE/PI	02h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
27	Programa Educação Cidadã - Dicas para o ENEM 2022	TCE/PI	02h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
28	Semana de Capacitação para Gestores e Servidores Estaduais, transmitido pelo youtube	CASP Online Treinamentos LTDA ME e Auditores do TCE/PI	24h	4.638 servidores estaduais inscritos e 6.573 visualizações	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
29	Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação – Tema: Documento Curricular Municipal e os CMEs	DEFESPI 1	02h	400 inscritos	Jurisdicionados e Sociedade
30	Programa Educação Cidadã - Vencendo o Medo de Falar em Público	TCE/PI	02h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
31	Palestra Setembro Amarelo	Empresa Seletiv	03h	30 Colaboradores do TCE/PI	Sociedade
32	1º Encontro do Programa de Desenvolvimento Financeiro do “mais viver”	TCE/PI	03h	25 servidores	Servidores TCE
33	Programa Educação Cidadã - Dicas para o ENEM 2022	TCE/PI	02h	14 estagiário de nível médio	Sociedade
34	Curso “ESocial para Órgãos Públicos”	Eleva Serviços de Consultoria Contábil e Tributária Ltda	16h	21 servidores	Servidores TCE
35	Administração Financeira e Orçamento	Imazon Cursos	40h	02 servidores	Servidor TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
36	Cursos: Orçamento Público	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	40 h	01 servidor	Servidor TCE
37	Técnicas de Auditoria Interna Governamental	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	24h	01 servidor	Servidor TCE
38	Curso Online Conceitos Básicos de Estatística (40hs) e Atendimento ao Público (20hs)	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	60h	01 servidor	Servidor TCE
39	Noções de Direito Administrativo	Imazon Cursos	120h	01 servidor	Servidor TCE
40	Equilíbrio Fiscal (40h) e Introdução ao Orçamento Público (40h)	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	80h	01 servidor	Servidor TCE
41	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (40hs) e Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitação (30hs)	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	70h	01 servidor	Servidor TCE
42	Liderança Situacional Em Recursos Humanos (40hs) Recursos Humanos, Avaliação e Desempenho (40hs), Curso O Código de Trânsito Brasileiro na Educação Ambiental em Municípios (40hs)	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	120h	01 servidor	Servidor TCE
43	Curso Controle Interno na Administração Pública	Imazon Cursos	180h	01 servidor	Servidor TCE
44	Gestão da Informação e Documentos (20h), Gestão por Competência (40h), Ética e Serviço Público (20h), Administração do Tempo (40h) e Atendimento ao Público (20h)	TCE-ES e ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	140h	01 servidor	Servidor TCE

Fonte: EGC.

4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIF gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 36 – ATIVIDADES DA DTIF

ATIVIDADES
Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas: Licitações web, Contratos web, Sagres web e controle, Documentação web, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Serca, Controle de multas
Criação de novos relatórios internos, além de atualizações corretiva e evolutiva de outros já em produção
Modelagem de novos cubos para BI (<i>Business Intelligence</i>)
Atualização de versão de sistema operacional de diversos servidores do <i>datacenter</i> do TCE
Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
Manutenção de equipamentos do TCE-PI
Suporte aos usuários internos

ATIVIDADES
Suporte aos jurisdicionados na utilização dos diversos sistemas de prestações de contas eletrônicos
Desenvolvimento de novo sistema de prestação eletrônica de contas – SagresPC
Desenvolvimento do software para disponibilização de informações consolidadas (Opala), em conjunto com fábrica de software
Implantação do software para coleta e monitoramento de informações junto a jurisdicionados (Capture), em conjunto com fábrica de software
Desenvolvimento do sistema Gestor Web
Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações de irregularidades
Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações Processuais
Desenvolvimento de solução para Acompanhamento de decisões
Implantação de MVP de solução para registro e acompanhamento de atendimentos
Desenvolvimento de solução para geração automatizada de relatórios de auditoria
Implantação de solução para geração automatizada de Certidões
Desenvolvimento de módulo para consulta à base de CPF e CNPJ da Receita Federal
Desenvolvimento de Painel para visualizar matriz PJ 2020 do NUGEI
Implantação do BCPF - <i>Blockchain</i> CPF para integração com Receita Federal
Implantação de ferramenta SSHEET (Programa desktop para extração massiva de dados)

Fonte: DTIF.

4.7. Controle Interno

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de

Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se os pareceres emitidos no período:

FIGURA 4 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO



Fonte: Controle Interno.

4.8. Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

No 3º trimestre de 2021, a Corregedoria Geral, no exercício de suas competências, realizou, dentre outros, os seguintes atos:

QUADRO 37 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

ATO	OBJETO	QUANTIDADE
Despachos	Nada Consta	10
	Solicitações de Informações	07
	Avaliação de Teletrabalho	28
Pareceres	Parecer Conflito de Interesses	01

Fonte: Corregedoria.

4.9. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação

ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

- Serviços ofertados pela Ouvidoria:

QUADRO 38 – SERVIÇOS DA OUVIDORIA

SERVIÇOS DA OUVIDORIA
Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE.
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

- Tipos de manifestação recebidos pela Ouvidoria do TCE/PI:

QUADRO 39 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias
Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje
Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário

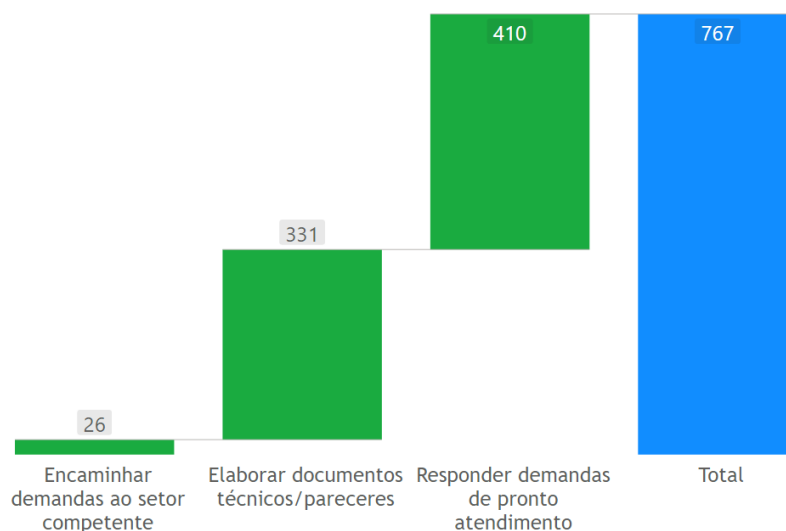
- Canais de comunicação:

QUADRO 40 – CANAIS

CANAIS
Portal: http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/
E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843
Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900
Formulários de manifestações ao TCE-PI (Central do Cidadão)
Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo de atendimentos realizados e demandas respondidas pela Ouvidoria no período:

FIGURA 5 – ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria.

4.10. Comunicação

A Comunicação Social – CS do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à Comunicação Social a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Comunicação Social em números no período:

FIGURA 6 – ATIVIDADES DA CS



Fonte: Comunicação Social.

Durante o 3º trimestre de 2021, a divulgação do concurso do TCE-PI resultou em grande engajamento do público nas redes sociais. A Comunicação divulgou nas redes sociais do Tribunal a aplicação da prova e o andamento de cada etapa.

Para o aniversário do TCE-PI, em agosto, a Comunicação produziu um talk-show no formato híbrido. Uma novidade que envolveu a contratação de empresas especializadas para a transmissão ao vivo do programa, iluminação, cenografia e a produção de 5 vídeos institucionais.

Foi o primeiro talk-show “Café com a Presidência” e teve a participação de servidores com o objetivo de resgatar um pouco da história do TCE. A Comunicação também participou ativamente da organização e apresentação da solenidade de entrega do “Colar do Mérito”, também em homenagem aos 122 anos do Tribunal.

Em setembro, foi aprovada a Política de Comunicação Institucional. Documento fundamental para guiar o trabalho da Assessoria de Comunicação.

A produção de notícias continuou intensa com a divulgação de levantamentos, capacitações, reuniões e palestras. Destaque, também, para o apoio em eventos presenciais e on-line, como o Programa Mais e Viver e Campanha de arrecadação de vidro, produzindo o material de divulgação, criação da identidade visual, postagens nas redes sociais, produção de release e outras peças.

4.10. Gestão Patrimonial

Compete à Divisão de Patrimônio e Logística – DPL as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabela a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

QUADRO 41 – ATIVIDADES DA DPL

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Seção de Almoxxarifado – SA	Requisições de Material (RM) atendidas	922
	Requisições de Material (RM) canceladas	25
	Suprimentos de Fundo Finalizado	0
	Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	13
	Notas fiscais recebidas com Material Permanente	0
	Valor Notas Fiscais - Material de Consumo	R\$ 18.799,87
	Valor Notas Fiscais - Material Permanente	R\$ 0,00
	Valor Notas Fiscais - Suprimento de Fundos	R\$ 0,00

SEÇÃO	ATIVIDADES		QUANTIDADE	
	Valor Total das Notas Fiscais		R\$ 18.799,87	
Seção de Transportes – ST	Aquisição de Combustíveis e lubrificantes		R\$ 15.753,80	
	Aquisição de peças e serviços		R\$ 22.591,09	
	Locação de Veículos		-	
	Renovação de Documento de Veículos		-	
	Renovação Apólices Seguro Veículos		6.913,08	
	Rotas em Teresina e Região Metropolitana		307	
	Rotas Intermunicipais		11	
	Municípios Visitados		32	
	Quilômetros Rodados		22.570	
	Suprimentos de Fundo Finalizados		-	
	Seção de Manutenção – SM	Contratos fiscalizados		09
Suprimentos de Fundo finalizados		02		
Atendimento a demandas internas diárias		720		
Atesto Efetuados em serviço de consertos solicitados		15		
Fotocópias		-		
Encadernações		-		
Seção de Controle de Patrimônio – SCP	Receber e Incorporar Bens Patrimoniais		299	
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais		27	
	Emissão de Termo de Responsabilidade		11	
	Controle de Documentos/Processos no e-TCE		09	
	Rotinas patrimoniais (Aquisição)		05	
	Rotinas patrimoniais (Desfazimento)		-	
	Emissão de Tombamento – Bens Novos	Bens Móveis Mobiliários		-
		Equipamentos de Informática		-
		Bens De Escritório Duráveis		-
		Equipamentos		-
		Eletrodomésticos / Eletrônicos		05
	Baixa de Bens - Bens para Doação / Permuta / Cessão / Descarte	Bens Móveis Mobiliários		-
		Equipamentos de Informática		-
		Bens de Escritório Duráveis		-
		Equipamentos		-
Eletrodomésticos / Eletrônicos		-		
Seção de Arquivo Geral – SAG	Atendimento de solicitações escritas		-	
	Correspondências Internas expedidas		04	
	Correspondências Internas recebidas		-	
	Atendimento com retorno à Presidência		-	
	Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos		4.161	



SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
	Assinaturas solicitadas	73
	Recebimento e controle de processos	-
	Envio de Processos via Correios (AR's)	30
	Controle de Retorno de Correspondência (AR's)	-
	Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios. Plataformas Digitais	449
	Recurso	-
	Denúncia	07
	Representação	09
	Embargos/Agravo e Inspeção	-
	Prestação de Contas Estaduais e Municipais	62
	Tomada de Contas	-
	Tomada de Contas Especial	12
	Processos de Aposentadorias e Pensões (SISPREV)	2.534
	Processos de Aposentadorias e Pensões	404
	Processos de Admissão de Pessoal	02
	Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	13
	Consultas	-
	Auditorias	-
	Inspeção	-
	Inspeção Extraordinária	-
	Multas	428
	Pedido de Reexame	-
	Pedido de Revisão	05
	Ordem Judicial	28
	Protocolo de Atendimento	25
Seção de Compras – SCOM	Orçamentos Coletados	100
	Fornecedores Cadastrados	30
	Aquisições Diretas	-
	Produtos Catalogados	40
	Ordens de Fornecimento ou Serviço Emitidas	-
	Termos de Referência Elaborados	-
	Projetos Básicos Elaborados	-
	Fornecimento de Serviços a Terceiros	-
	Xerox	-
	Encadernações	-
	Cartões de Frequência	-
	DVD's	-